

**ARTIGO 19 BRASIL**

CNPJ nº 10.435.847/0001-52

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**

Aos vinte e sete de abril de 2012, reuniram-se em primeira convocação, às 12h, na Rua João Adolfo, 118 – conjunto 802 – Centro, São Paulo, SP, os membros da Associação **ARTIGO 19 BRASIL**, previamente convocados nos termos de seu estatuto social, que assinam a lista de presença anexa para deliberarem sobre a seguinte pauta:

1. Panorama 2011 - Relatório das principais atividades realizadas;
2. Panorama 2012 - Eixos principais para atuação no presente ano e nos próximos;
3. Parcerias;
4. Temas operacionais e funcionamento interno dos Conselhos;
5. Alteração do endereço da sede social

Após a aprovação por unanimidade da pauta apresentada foi eleita para presidir os trabalhos a Sra. Paula Ligia Martins, Diretora Executiva da Artigo 19 Brasil, a qual convidou a mim, Camila Marques Barroso, para secretariá-la. Na sequência, os Conselheiros passaram a deliberar sobre a ordem do dia, conforme a seguir relatado:

1. **Panorama 2011 - Relatório das principais atividades realizadas**

A Presidente dos trabalhos enfatizou que foi encaminhado a todos os Conselheiros um relatório sobre as atividades realizadas e que se disponibilizava para sanar eventuais dúvidas. Dito isso, enfatizou que a agenda de trabalhos da Associação deve envolver os parceiros da América do Sul, tendo-se realizado atividades no ano de 2011 que têm como objetivo ampliar esta parceria com organizações do hemisfério sul, além de aprofundar as discussões sobre liberdade de expressão e acesso à informação na região.

O relatório enviado, que segue o formato do que foi aprovado pelo Plano Estratégico da Article 19, é um plano de longo prazo definido coletivamente com os escritórios regionais, para um período de cinco anos, e que lhes confere autonomia para implementação. Assim, as principais atividades realizadas foram:

1. **Cooperação andina:**
2. Atuação direta para a aprovação da **Lei de Acesso à Informação** e capacitação de organizações para uso da Lei. A partir de novembro o foco foi alterado para implementação da Lei, a partir da busca de temas principais, como, por exemplo, acesso à informação sobre violência contra a mulher e grupos de ativistas envolvidos em combate a corrupção no âmbito municipal;

3. A criação do Centro de Referência Legal, que está sendo estruturado a partir de um projeto aprovado pela Fundação Ford, teve início no mês de março. O foco do projeto é doméstico. Na Article 19 o Programa Jurídico é transversal, e o programa transversal dentro da Artigo 19 Brasil será o Centro de Referência. Após a sua estruturação, visará também atuação internacional junto à OEA e à ONU. Para o litígio doméstico há equipe própria e sempre que necessário deveremos buscar a consultoria da Article 19 e de seu programa jurídico;

4. Marco regulatório radiodifusão: obteve-se a garantia de que o novo marco será colocado em consulta pública nos próximos meses. Regulação é interessante, mas deve ser bem elaborada para equilibrar os direitos. Esta será a intenção da Artigo 19 Brasil ao intervir neste processo;

5. Internet: atuação direta na campanha de banda larga;

6. Publicidade oficial: o debate realizado no escritório de advocacia Rubens Naves, que reuniu especialistas em publicidade, membros do Ministério Público, advogados e representante das sociedade civil, deverá ser aprofundado, uma vez que se pretende discutir quais são os limites possíveis a garantir a transparência quanto ao uso das verbas de publicidade e formas para que grupos minoritários, mídia alternativa e rádios comunitárias, entre outros, consigam acessar estes recursos;

7. Difamação, campanha, discussão sobre a descriminalização e criação de parâmetros para indenizações cíveis. Apresentamos um "amicus curiae" em um caso que tramita perante o Sistema Interamericano e pretendemos participar da próxima sessão de audiências da OEA com um caso cível (para discutir parâmetros indenizatórios) ou criminal (para discutir a descriminalização). Houve o lançamento do Observatório de Comunicação Comunitária;

8. Foi realizada mais uma edição do Mulheres de Expressão;

9. Participação na comissão organizadora da Conferencia Nacional sobre Controle e Transparência Social (CONSOCIAL) no âmbito municipal, estadual e aguarda-se a realização da etapa nacional;

10. Capacitação sobre acesso à informação no caso de Belo Monte, e apresentação de manifestação à CIDH denunciando problemas de acesso a informação relacionados ao caso;

11. Projetos de Desenvolvimento: quais são as questões que envolvem os processos de desenvolvimento? A população do entorno de projetos de desenvolvimento e grandes obras sofrem violações de seus direitos humanos? Até o momento foram feitas três visitas *in loco*, em locais que abrigam obras para a Copa do Mundo e também hidroelétricas, afim de saber como se dá a interação população x obra, tendo sido constatado que há violação da liberdade de expressão e do direito a informação;

12. Open Government Partnership (OGP) – realizou-se em abril 2012 em Brasília, e a Artigo 19 Brasil acompanhou e articulou a sociedade civil para participar do processo. A adesão dos países é voluntária. Trata-se de uma grande oportunidade para alavancar a implementação da lei de acesso, num processo que terá continuidade. Há problemas na preparação do plano de ação brasileiro e propostas para acompanhar a execução deste plano de ação e a preparação do novo plano, que será em setembro.

13 SET 2012  
 PROTOCOLO - INTERAMERICANA  
 REGISTRO - INTERAMERICANA  
 PESSOAS JURIDICAS

## 2. Panorama 2012 - Eixos principais para atuação no presente ano e nos próximos

### Programa Andino:

- Exame Periódico Universal – EPU – em maio tratará de Brasil e Equador, e a Artigo 19 Brasil realizará trabalho de *advocacy* para que os países façam perguntas e recomendações;
- Exame Periódico Universal - EPU – Argentina e Peru serão apresentados;
- Projetos de lei – regulação de meios, internet, difamação;
- Paraguai e Argentina – serão organizadas campanhas de lei de acesso nestes países;
- engajamento do “staff” com o Conselho;
- contratação de pessoa dedicada para arrecadação de fundos, expectativa para o segundo semestre de 2012.

### Acesso à informação:

- Implementação da lei – foco no executivo federal para adoção de suas próprias normas (workshops/capacitação de funcionários públicos/plataforma *on line*/ acompanhamento temático – educação, saúde, moradia e meio ambiente/pedidos de informação/ análise das normas internas dos órgãos/ observação e informação ativa);
- Capacitação de lideranças locais/municípios.

### Internacional:

- Lei de acesso. Requisito para ingresso na OGP. Trabalhando com parceiros regionais requisitos para ingresso e modo de operação da OGP;
- Rio +20. Busca-se a elaboração de um tratado internacional nos moldes do tratado de Argos. Sistema bom e proposta é que seja expandido. Países sendo consultados para que assumam compromisso para elaboração de Tratado Internacional ou Regional. A proposta de tratado Regional é melhor aceita entre os países. Talvez saia algo no âmbito da Cepal;
- Transparência e informação ambiental trabalhando com o princípio 10;
- Workshops que estão sendo preparadas – 03 atividades previstas, uma durante a Cúpula dos Povos; outra durante a Rio + 20 e outra durante o evento paralelo.

### Liberdade de expressão:

- com financiamento da Waac que apoia *press roots* será realizada atividade sobre mulheres e mudanças climáticas, apresentando as particularidades das mulheres nestas regiões. Acesso à informação. Informações oficiais sobre risco. Medidas de prevenção. Foi produzido um documentário o qual pretendemos apresentar em uma atividade na Rio + 20;
- Programa de proteção – levantamento de mortes de jornalistas ocorridas em 2011 e 2012. Programa de monitoramento. Alguns casos relacionados a vítimas poderão ser trabalhados pelo Centro de Referência ou encaminhados aos programas de proteção nacional e internacional;
- Rádios comunitárias – ObsComCom e Centro de Referência, pretensão de levar casos para CIDH. Análise dos procedimentos para autorização para prestação de serviços;
- Difamação – campanha. Estão sendo produzidos vídeos com jornalistas que estão sendo vítimas deste tipo de processos civis e criminais, também é um tema que pretendemos trabalhar no âmbito internacional e levar a discussão à CIDH;

PROTOCOLO DE ARGENTINA  
 13 SET 2012  
 605162

- Internet – resposta a problemas pontuais enfrentados pelos países. Casos chegaram e estão sendo monitorados e denunciados. Principalmente sobre responsabilidade de intermediários e a legislação e projetos de lei que estão sendo propostas para esta questão;
- Projetos de Lei Azeredo e Paulo Teixeira trazem a previsão de crimes praticados com uso da internet. Marco civil apresenta uma perspectiva mais positiva – direitos e deveres. Azeredo é o presidente da CCTIC e assim há uma expectativa de que seu projeto volte a ser discutido a qualquer tempo;
- Casos que envolvem violência contra blogueiros e processos judiciais contra pequenos comunicadores, estão sendo analisados para futura intervenção, ou não;
- Construção de princípios para internet no âmbito internacional. Declarações dos relatores sobre o tema indicam que alguns consensos estão sendo construídos.

### 3. Parcerias

Este ponto deverá ser tratado em reunião futura com maior profundidade, porque os Conselheiros querem entender como o excesso de atividades não compromete o trabalho da equipe, pois este ponto é subdimensionado face à agenda proposta. Pretende-se também verificar se o foco não está sendo perdido a partir da ampliação do espectro de atividades.

Foi mencionado pela presidente da sessão que é preciso estabelecer as metas de atuação para que o Conselho consiga dialogar com o que se pretende alcançar em cada uma das frentes, assim como quais serão as parcerias possíveis e necessárias. A Conselheira Malak Poppovic lembrou que o Instituto Pro Bono pode receber os casos em que o Artigo 19 Brasil não puder atuar. Pode-se inserir um grupo de jornalistas no Conselho também, além de parcerias internacionais, em especial a organização do Toby Mendel que pode auxiliar em algumas discussões.

### 4. Temas operacionais e funcionamento interno dos Conselhos

A presidente da sessão se comprometeu a encaminhar aos Conselheiros o Planejamento Estratégico de 2012, assim como o PLS/141 do Senador Roberto Requião, que dispõe sobre o Direito de Resposta e sobre o qual o Artigo 19 Brasil deverá se posicionar.

### 5. Alteração do Endereço Social

A Assembleia Geral aprovou, por unanimidade, a mudança na sede da Associação e a alteração do artigo 2º do estatuto social, para alteração do endereço, passando, portanto, a ter a seguinte redação:

“**Artigo 2º** A Associação tem sede e foro na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua João Adolfo, 118 – conjunto 802 – Centro – CEP: 01510-020 – São Paulo – SP, podendo atuar em qualquer parte do território nacional e no exterior”

Ademais, a Sra. Paula Martins lembrou sobre as providências a serem tomadas junto aos órgãos públicos.

**Deliberações Finais**

Aberta a palavra para manifestação dos Conselheiros, nada mais foi acrescentado. Assim, encaminhando para o encerramento dos trabalhos, a Sra. Paula Ligia Martins, agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata que, lida e aprovada por unanimidade dos presentes, segue assinada em três vias pela Presidente e pela Secretária dos trabalhos.

São Paulo, 27 de abril de 2012.

*Paula Ligia Martins*  
PAULA LIGIA MARTINS  
Presidente

*Camila Marques Barroso*  
CAMILA MARQUES BARROSO  
Secretária

*Alexandre de Oliveira Andrade de Moraes Sampaio*  
ALEXANDRE DE OLIVEIRA ANDRADE DE MORAES SAMPAIO  
OAB 297043/SP

13 SET 2012 605162  
PROTÓCOLO MICROFILME  
MEDeiros  
REGISTRO  
Pessoas Juridicas

**TABELÃO de NOTAS**  
CARTÓRIO DO 12º TABELÃO DE NOTAS  
Alameda Santos, 1.470 - São Paulo - SP - Cep 01418-100  
BEL. HOMEROSSETTI - TABELÃO - Tel. (11) 3548-4277 - Fax (11) 3284-6362

Reconheço por semelhança a firma: PAULA LIGIA MARTINS, a qual confere com o padrão depositado em Cartório. São Paulo, 11 de Setembro de 2012

Em testemunho da verdade.  
Elaine Xavier Fialho - Esc. Autorizada  
1209111548544 Firmas R\$ 4,00; Total: R\$ 4,00

**Colégio Notarial do Brasil**  
15114 - São Paulo  
FIRMA  
1042AB196803

4º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e  
Civil de Pessoa Jurídica da Capital - CNPJ: 15.141.653/0001-68  
Rua XV de Novembro, 251 - 5º Andar - Centro - CEP. 01013-001 - São Paulo/SP

Emol.	R\$ 72,27
Estado	R\$ 20,55
Ipesp	R\$ 15,22
R. Civil	R\$ 3,81
T. Justiça	R\$ 3,81
<b>Total</b>	<b>R\$ 115,66</b>

Selos e taxas  
Recolhidos  
p/verba

Ivanildo Jose da Rocha - Escrevente